

# política

## Nomes tradicionais da política voltam à cena

Lista de candidatos já conhecidos dos gaúchos tem ex-governador do Estado, ex-deputados e ex-prefeitos



**Bolívar Cavalari**  
bolivarc@jcrs.com.br

As eleições de 2026 terão o retorno de figuras históricas da política gaúcha, que agora buscam voltar à vida pública e disputar cargos eletivos no pleito deste ano. A lista tem ex-governador do Estado, ex-deputados e ex-prefeitos.

Um deles é o ex-governador gaúcho Germano Rigotto (MDB), que disputará vaga no Sena-

do após um hiato de 20 anos sem mandato, apesar de ter concorrido a vice-presidente da República em 2018, na chapa liderada por Henrique Meirelles. Seu último cargo eletivo foi em 2006, no comando do Piratini, e, naquele ano, tentou a reeleição, mas acabou derrotado, ficando fora do segundo turno. Agora, integra a chapa dos emedebistas com o PSD para tentar alcançar uma cadeira na câmara alta do Congresso Nacional.

Quem também está retornando após 16 anos afastado da política é o radialista e ex-senador Sérgio Zambiasi (Podemos), que buscará se eleger na Câmara dos

Deputados. Ele foi eleito em 2002 para um mandato no Senado até 2010 e, desde então, ficou sem disputar eleições. Antes de ser senador, Zambiasi foi deputado estadual por quatro vezes.

Outro nome é o do ex-prefeito de Porto Alegre José Fortunati (PT), que é pré-candidato a deputado federal. Diferente dos outros dois casos, ele disputou pleitos passados, mas não conseguiu se eleger, e o último cargo eletivo que ocupou foi na prefeitura da Capital, até 2016. Fortunati iniciou a vida política como vereador no PT e foi deputado estadual e federal pelo partido, até se desligar da sigla no início dos anos

2000 para migrar ao PDT, legenda pela qual atuou no executivo municipal. Ele saiu do PDT logo após se desligar da prefeitura, e passou por diversos partidos até voltar ao Partido dos Trabalhadores, em 2025.

O MDB tem, além de Rigotto, outra figura histórica que busca se eleger em 2026. Trata-se de Irajá Rodrigues, ex-prefeito de Pelotas por duas oportunidades - nas décadas de 1970 e 1990 - e que também atuou como deputado federal constituinte. Nas eleições de 2024, tentou retornar ao comando do município do Sul do Estado, mas ficou na quarta posição. Agora, aos 90 anos, vai ten-

tar emplacar mandato de deputado federal.

No PDT, um nome que está de volta à cena é o do ex-deputado Vieira da Cunha, apesar de, em 2022, ele ter disputado a eleição a governador do Rio Grande do Sul - ficou na 6ª posição no primeiro turno. Naquela oportunidade, ele se desligou de cargo no Ministério Público para pleitear o governo gaúcho. Vieira está coordenando a campanha ao Piratini na chapa liderada por Juliana Brizola (PDT), e foi convidado pelo pré-candidato a senador da coligação Paulo Pimenta (PT) para ser seu suplente em caso de vitória no pleito.

Políticos que retornam para as eleições



**Germano Rigotto**

Natural de Caxias do Sul, foi vereador do município, deputado estadual por dois mandatos e três vezes deputado federal. De 2003 a 2006, foi governador do Rio Grande do Sul. Em 2018 foi pré-candidato à vice-presidência da República na chapa liderada por Henrique Meirelles.



**Sérgio Zambiasi**

Natural de Encantado, é radialista e foi deputado estadual por quatro mandatos, de 1987 a 2002. Concorreu ao Senado em 2002, sendo eleito para o mandato de 2003 a 2010. Desde então, estava afastado da política.



**José Fortunati**

Natural de Flores da Cunha, foi deputado estadual constituinte, deputado federal em duas ocasiões (1991-1996), vice-prefeito de Porto Alegre por duas vezes (1997-2001 e 2009-2010), prefeito (2010-2016), secretário municipal e estadual, vereador e presidente da Câmara em 2002.



**Irajá Rodrigues**

Natural de Pelotas, foi eleito vereador de Marau em 1962. Se elegeu prefeito de Pelotas por duas vezes, em 1976 e 1992. Depois, foi eleito deputado federal em 1982 e reeleito em 1986. Disputou a prefeitura de Pelotas em 2024.



**Vieira da Cunha**

Natural de Cachoeira do Sul, foi eleito vereador de Porto Alegre em 1988. Foi deputado estadual por três mandatos (1995-2006) e deputado federal por dois mandatos (2007-2014). Em 2022, concorreu ao governo gaúcho.

## Tenente-coronel gaúcho será vice na chapa de Renan Santos ao Planalto

O pré-candidato a presidente Renan Santos (Missão) anunciou nesta quarta-feira o nome do seu companheiro de chapa. O pré-candidato a vice-presidente é Aroldo Medina, tenente-coronel da reserva da Brigada Militar do RS.

O anúncio foi feito por Renan durante um evento do Partido Missão em Caixas do Sul. Até aqui, Aroldo era pré-candidato ao Senado pela legenda. Medina, de 62 anos, é natural de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Ele é jornalista e já disputou seis eleições, mas não se elegeu em nenhuma ocasião.

Em 2002, concorreu ao governo do Rio Grande do Sul pelo PL. Dois anos depois, tentou prefeitura de Canoas pelo extinto PFL (atual União Brasil). Em 2010, concorreu mais

uma vez ao governo gaúcho pelo extinto PRP (incorporado ao Patriota em 2019, o qual, por sua vez, fundiu-se ao PTB para formar o PRD). Quatro anos depois, candidatou-se a deputado estadual pelo PSD. Ele voltou a disputar o cargo em 2018 pelo PV. Em 2024, Medina candidatou-se a vereador de Porto Alegre pelo PL.

A um mês do início das convenções partidárias, dos cinco candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto, três já selaram quem serão seus candidatos a vice.

Além de Renan, Lula (PT) e Ronaldo Caiado (PSD) já confirmaram seus companheiros de chapa, enquanto Flávio Bolsonaro (PL) e Romeu Zema (Novo) ainda não fizeram o anúncio.

## Comissão de Finanças aprova LDO para 2027

**/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

A Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa gaúcha aprovou nesta quinta-feira o parecer favorável do relator, deputado Juvir Costella (MDB), ao projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027. A peça enviada pelo governo gaúcho ao Parlamento prevê déficits orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões no ano que vem.

Com a aprovação na Comissão, o texto pode ir ao plenário, e a tendência é que seja votado na próxima terça-feira

(7), tendo em vista a data limite para sanção do governador no dia 15 julho.

O parecer do relator foi aprovado por 8 votos a 3. Das 18 emendas protocoladas, oito foram acolhidas, sendo apenas uma de origem popular, das entidades dos servidores para pagamento de retroativos de vantagens temporais. Além desta, a Comissão acolheu outras cinco emendas da bancada do PT e outras duas encaminhadas pela deputada Adriana Lara (PL).

Uma das emendas rejeitadas tratava do cumprimento do mínimo constitucional de 12% da receita do Estado para investimentos em saúde. A

proposta foi apresentada por meio de uma emenda coletiva das bancadas do PT, PDT, PSB e PSOL, mas a maioria governista não a acatou.

O governo gaúcho firmou um acordo com o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) em 2025 para postergar o cumprimento do mínimo constitucional da saúde. A medida foi feita para compensar as chamadas despesas controversas que entravam no cálculo dos 12% do mínimo para a saúde. A partir do acordo, o governo gaúcho deixa de destinar estes gastos controversos, mas tem o aval para alcançar o percentual mínimo apenas em 2030.